







Equipe Oceânica

Presidenta - Maiara Menezes
Vice-presidente - Jonathan Samael
Secretária administrativa-financeira - Thayse Marques
Suplente geral- Ana Flávia Almeida
Assessoria de finanças- Pedro Gricelio
Assessor de RH - Thiago Freitas
Assessoria jurídica - Jocelito Costa
Assessoria de comunicação - Renata Marques

Conselho fiscal Liana Mendes Maria Iohara Quirino Alexandre Bivar

Estagiários: Raiza Garcia, Amanda Lima e Ingrid Victor

Programa da Pesca Artesanal Coordenação: Joane Luzia Dantas Vieira Batista Equipe Técnica: Silvana Mameri e Claudia Gazola

Relatoria : Claudia Gazola e Renata Marques Fotografias: Banco de imagens Oceânica



Missão

Cuidar da Vida no Litoral e Oceano, em toda a sua diversidade.

Visão

Ser uma instituição que contribui para um mundo saudável e feliz, que tem conservação da natureza, sustentabilidade, diversidade e justiça socioambiental como elementos chave na governança dos bens comuns.

Valores

Somos movidos pelo amor ao mar e nossa equipe, integrada e otimista, preza a excelência e a alegria em todas as ações.

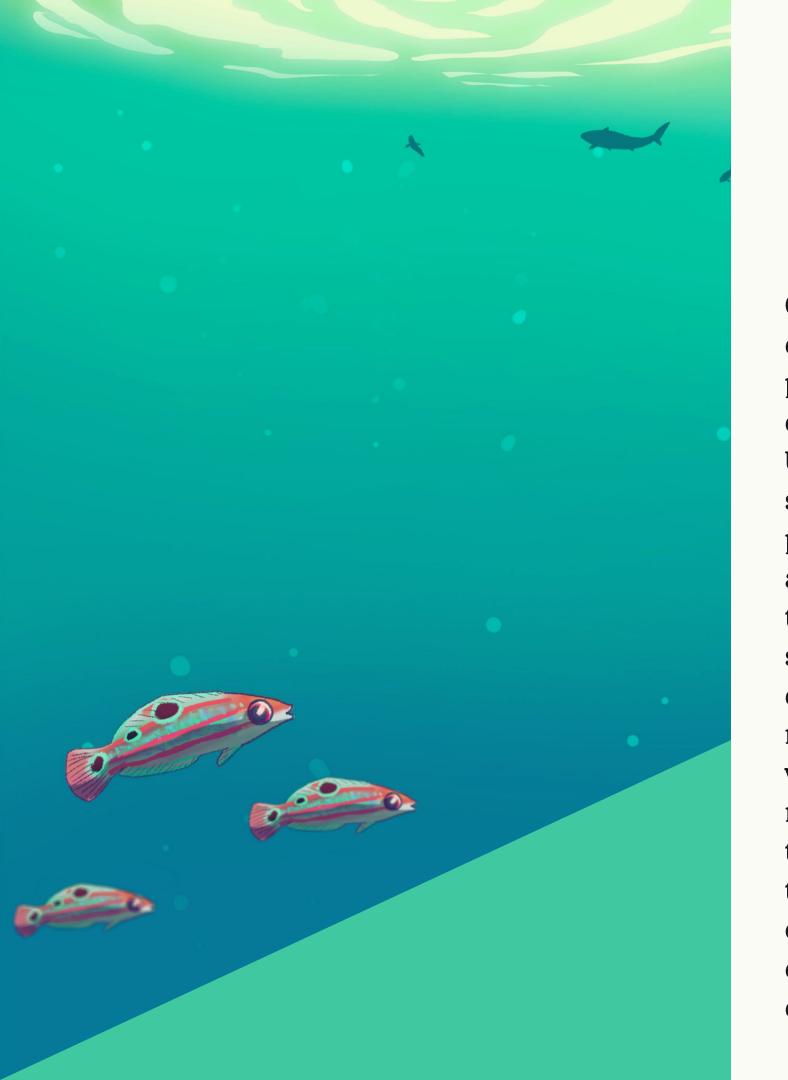
Integramos os diversos tipos de conhecimentos, valorizando a ciência, as culturas locais, educação livre e inclusiva, respeitando os saberes

Atuamos de forma ética e transparente, contribuindo para o bem estar humano atual e das futuras gerações.

Valorizamos os direitos humanos, em especial a igualdade de gênero, combatemos o racismo e toda forma de discriminação.

Atuamos com movimentos e articulações sociais, comunidades tradicionais, instituições públicas e privadas, de ensino e pesquisa para construção de gestões participativas e integradas.

Trabalhamos em prol da conservação dos ecossistemas costeiromarinhos e da integração sustentável da sociedade com a natureza.



Carta da presidenta

O ano de 2020 foi um ano completamente atípico em que os conceitos das palavras desafio e dificuldade foram atualizados. Após instaurar um cenário de pandemia no planeta, o vírus da covid 19 gerou grandes impactos em todos os setores da sociedade, com especial destaque para a economia, para a educação e sobretudo para a saúde. Uma nova dinâmica de vida foi imposta a todas as pessoas, isolamento, medidas sanitárias rígidas, além de muito pânico associado a toda sorte de doenças físicas e psicológicas. Essa foi a realidade caótica que predominou nos primeiros meses do ano, mas que também deixou muitas lições. Foi preciso pensar em novas formas de trabalhar, de se comunicar, de aprender, de consumir, de existir... Força e resiliência se tornaram conceitos fundamentais para seguir a caminhada na esperança de que dias melhoras chegariam. Nesse momento, a Oceânica se revestiu de toda sua força e resiliência para seguir existindo nesse mundo adverso. Nos voltamos para dentro, voltando toda a nossa atenção em desenvolver questões internas da Oceânica que a muito mereciam atenção. Cuidamos de nós, enquanto instituição, enquanto equipe de trabalho e enquanto seres humanos. Mas diante de todo esse auto-cuidado seguimos também no nosso proposito de cuidar do litoral em toda a sua diversidade. E assim caminhamos ao longo de 2020, evoluindo institucionalmente e realizando o trabalho que nos dedicamos e amamos realizar, mesmo diante todos os desafios e dificuldades que 2020 nos trouxe.

Sumário



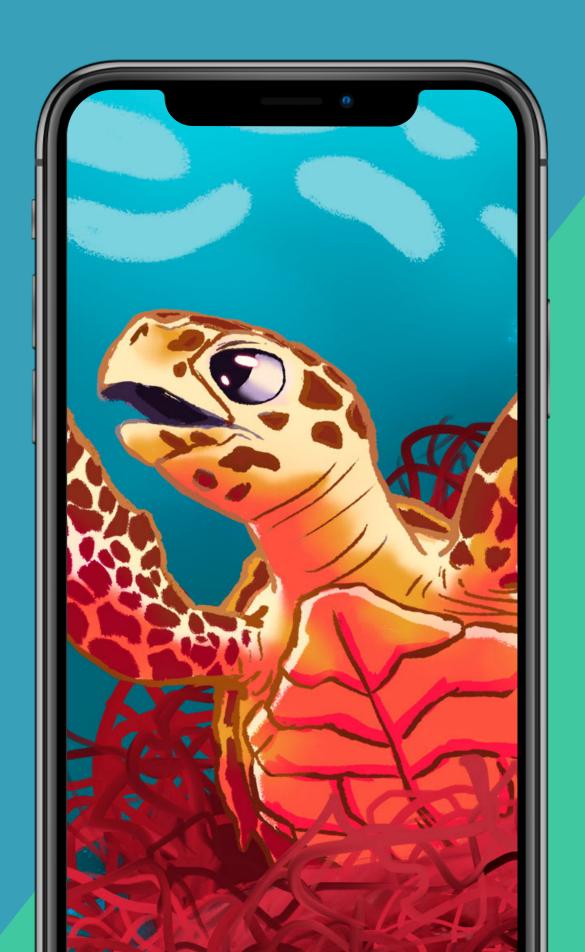
- Biodiversidade
- Pesca artesanal

- Gestão Costeira
- Desenvolvimento Institucional
- Balanço Financeiro

Biodiversidade

Linha de ação 1 : Monitoramento de Tartarugas Marinhas

Linha de ação 2: Unidade de Conservação APA BONFIM GUARAIRA



2.783 filhotes de tartarugas marinhas no mar!

MONITORAMENTO DE TARTARUGA MARINHA

As atividades aconteceram 3 vezes por semana, num percuso de 4,5 km de praia, para encontrarmos os rastros das fêmeas e seus ninhos. Nós georreferenciamos, cercamos, marcamos com estacas numeradas e monitoramos os ninhos até sua eclosão, de maneira a protegê-los de perturbações humanas, ou naturais como erosão, compactação ou inundação ocasionada por marés

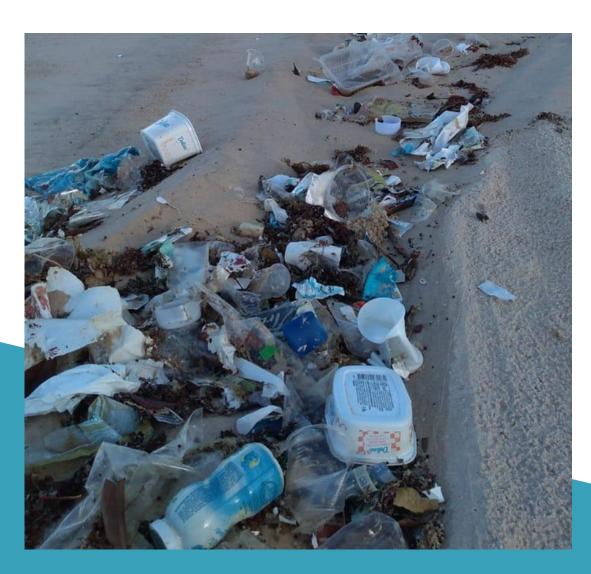
Em situações de risco realizamos a transferência dos ninhos. Um procedimento técnico delicado de remoção dos ovos para um local seguro.fortes.

Na temporada 2020-21 tivemos 32 ninhos a cada km de praia. Verificamos que impactos antrópicos ameaçam a presença desta espécie e a qualidade desse hábitat de desova tão importante para o estado. É essencial construirmos estratégias de gestão da costa que considerem este cenário e sua relevância tanto para a conservação de uma espécie criticamente ameaçada como para a economia do estado.

A cada temporada, nossos resultados são compartilhados com o poder público e comunidade local.

100% RESÍDUOS SÓLIDOS NO NINHO

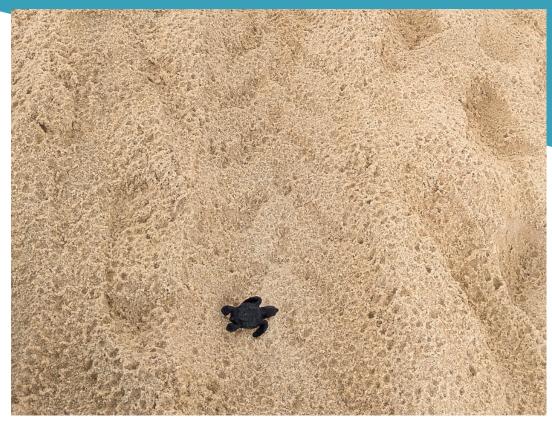
Dos ninhos da praia de Búzios continham lixo em seu interior ou redor. Além de potencialmente poluentes, os resíduos podem ferir as fêmeas, comprometer o desenvolvimento dos ovos, machucar os filhotes, dificultar sua subida até a superfície da praia e a sua corrida ao mar.



75% DOS NINHOS TINHAM RASTROS DE VEÍCULOS EM SUAS ADJACÊNCIAS

Os sulcos formados na na areia pelo pneu doa carros impedem a caminhada dos filhotes ao mar, provocando maior exposição a predações, atropelamentos, pisoteios, desitratação e morte.





75 % DOS NINHOS EXPOSTOS A FOTOPOLUIÇÃO

Dos ninhos estavam sob incidência de iluminação artificial de habitações, empreendimentos e vias públicas. Isto compromete a orientação de fêmeas e filhotes, colocando-os em risco. A iluminação adequada nas praias de desova pode diminuir este impacto.

NINHOS INDENTIFICADOS EM OUTRAS PRAIAS DO LITORAL - PIRANGI DO NORTE E TABATINGA

Nesta temporada realizamos o monitoramento de forma voluntária, devido à ausência de financiamento. Assim, a presença da equipe em outras praias, ocorreu conforme solicitação feita pela comunidade informando a presença de ninhos.

Foram registrados dois ninhos na praia de Pirangi do Norte (Parnamirim). A equipe da Oceânica constatou que um destes havia sido destruído por um trator que realizava uma obra no local. Deste ninho violado, foram transferidos 30 ovos, possivelmente viáveis, para Búzios.

A praia de Tabatinga, vizinha a Búzios, demostra grande potencial como área de desova. Nosso monitoramento, realizado para atendimento às demandas vindas da comunidade, registrou nesta temporada 19 ninhos, dos quais três foram transferidos devido à possibilidade de perda por marés altas.





PARTICIPAÇÃO SOCIAL

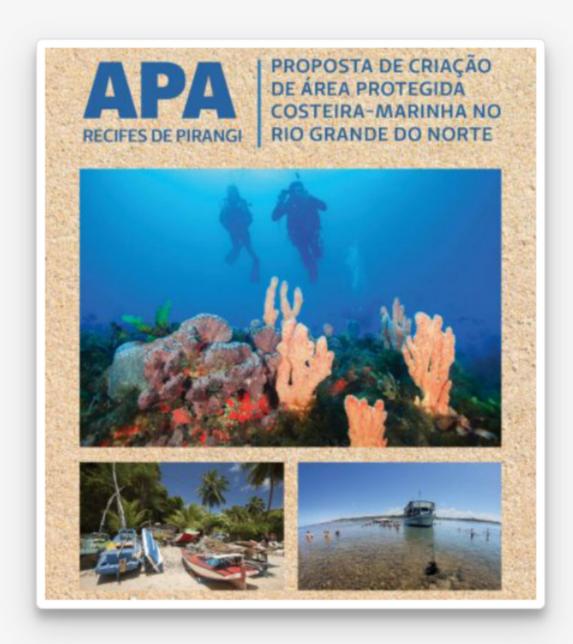
Desde 2018 temos um grupo ativo formado por moradores, surfistas, pescadores, educadores, donos de barracas e pousadas, das praias de Búzios e Tabatinga. Neste espaço virtual são discutidos semanalmente assuntos relacionados à praia, litoral e proteção às tartarugas marinhas. Na praia, os voluntários registram impactos, reconhecem e marcam ninhos, e nos auxiliam em muitos momentos. Neste sentido a comunicação e ação no grupo virou um exercício constante de cidadania e valorização das riquezas ambientais locais.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO APA BONFIM GUARAÍRA

Lançamos em 2020 o e-book "APA RECIFES DE PIRANGI - Proposta de Criação de Área Protegida Costeira-Marinha no Rio Grande do Norte". O livro traz uma coletânea de capítulos que demonstram a riqueza da biodiversidade marinha, as relações socioambientais e o caminho que vem sendo percorrido historicamente pela Oceânica e gestores ambientais no sentido do ordenamento do litoral e conservação da biodiversidade.

Apresentando dados que aliam o conhecimento científico ao tradicional o livro foi uma realização do Projeto Ponta de Pirangi e está disponível para download gratuito em nosso site.

O Projeto Ponta de Pirangi, foi finalizado ano de 2020, e contou com patrocínio da Petrobrás, através do Programa Petrobras Socioambiental e Governo Federal.



APA Recifes de Pirangi

Pesca Artesanal

Linha de ação 1: Regularização e melhorias dos Espaços Coletivos de Trabalho da Pesca Artesanal



REGULARIZAÇÃO E MELHORIAS DOS ESPAÇOS COLETIVOS DE TRABALHO DA PESCA ARTESANAL

É fundamental e urgente tirar da invisibilidade as comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas a partir do reconhecimento do seu território e formas de atuação com características de modo de vida e trabalho particulares, praticadas em terra e mar, ao longo do tempo através de gerações, utilizando técnicas simples, com baixo custo de produção e baixo impacto ambiental.

A produção da pesca artesanal corresponde a 76% (IBGE, 2010) do pescado que chega à mesa do consumidor brasileiro, sendo também responsável por dinamizar economias locais com emprego e renda e manter o equilíbrio ambiental, paisagístico e cultural do litoral potiguar. Apesar de sua importância, a pesca artesanal vem sendo ameaçada pelo processo de uso e ocupação do espaço litorâneo, com a expansão de grandes empreendimentos econômicos que vêm sobrepondo-se aos espaços de vida e trabalho do público da pesca artesanal.

As áreas de pesca ameaçadas são espaços tradicionais de vida e trabalho das comunidades pesqueiras em terra e mar contendo os pesqueiros, áreas de coletas, trajetos de navegação, embarque e desembarque, ancoragem das embarcações, estuários, mangues, acessos à praia e ao mar, ranchos de pesca, locais de beneficiamento e comercialização do pescado, estaleiros, moradias e vivências.



Nesse sentido, nós da Oceânica, iniciamos um trabalho em 2011, de regularização por meio de mapeamentos participativos e construções de melhorias para as áreas de pesca artesanal buscando garantir a permanência desta prática econômica, social e cultural.

O trabalho é realizado junto às Colônias de pesca, Secretaria do patrimônio da União (SPU) e Órgãos gestores estadual e municipal, utilizando mecanismos legais que ratificam o uso e ocupação das áreas de pesca através do Termo de autorização de uso sustentável para comunidades tradicionais (TAUS), Concessão de Direito Real de uso (CDRU), bem como emissão de licenças ambientais e certidões que viabilizam a construção de melhorias e organização das diversas práticas da pesca em consonância com a política ambiental estadual e leis municipal.

A partir desta perspectivas avançamos com os trabalhos em três importantes frentes de atuação

- Construção de Política pública inserção das áreas de Pesca Artesanal no Plano Diretor da cidade de Natal
- Regularização de novas áreas da pesca artesanal no RN
- Construção de melhorias nos espaços de trabalho da pesca artesanal





INSERÇÃO DAS ÁREAS DE PESCA ARTESANAL NO PLANO DIRETOR DA CIDADE DE NATAL

Considerando que o plano diretor é uma lei municipal, instrumento legal, que orienta a ocupação das áreas urbanas, dialogando com diversos interesses de ordem privada e pública, é estratégico conhecermos e trabalharmos com este instrumento para construção de uma cidade social e ambientalmente justa.

É nesta perspectivas que a Oceânica inicia, com pares da sociedade civil, um trabalho pioneiro no estado, na discussão de inserção dos espaços de atuação da Pesca Artesanal na minuta do Plano Diretor da Cidade de Natal em reuniões da Rede MangueMar/RN e no Seminário Orla de Natal promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN) com a realização do Fórum Direito à Cidade.

Como desdobramentos dos encontros foi constituído grupo de trabalho com representações da Colônia de pesca de Natal Z4, do Movimento dos pescadores e pescadoras(MPP), da Oceânica, do Núcleo Urbano do Projeto Motyrum - Fórum Direito à cidade / (UFRN) para a construção e apresentação da proposta de inserção das áreas de pesca na minuta do Plano Diretor de Natal como Área Especial de Interesse Social (AEIS).

Para esta construção estabelecemos como metodologia de trabalho saídas à campo objetivando mapear espaços históricos de atuação da pesca artesanal estabelecendo diálogo direto com o público da pesca inseridos nas áreas visitadas, com a realização dos trabalhos técnicos elencados:

- a) Georreferenciamento das áreas de maior concentração dos trabalhadores/as da pesca (Ponta Negra, Areia Preta, Redinha e Bairro das Rocas/ Canto do Mangue).
- b) Entrevistas com pescadores/as para compreensão da uso e ocupação da área (número de pescadores(as), número de embarcações, mobilidade em terra e mar, tipo de pesca e apetrechos utilizados).
- c) Registro fotográfico das áreas georreferenciadas.



Resultados:

Foi aprovada no plano diretor de Natal a proposta de inserção das áreas da pesca como Área Especial de interesse social (AEIS) considerando sua relevância para segurança alimentar da população inserida principalmente na zona costeira da cidade, dinamizando economias locais e mantendo a cultura tradicional das comunidades litorâneas, na categoria D - áreas ocupadas por comunidades tradicionais litorâneas, com características particulares de moradia e trabalho, praticadas em terra e mar, com baixo custo de produção e baixo impacto ambiental.

REGULARIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS DA PESCA ARTESANAL NO RN

O trabalho de regularização das áreas de pesca, sob coordenação da Oceânica, vem sendo realizado por meio de (3) oficinas com ampla participação do público da pesca: Oficina 1 - Roda de diálogos com pescadores e pescadoras que utilizam as áreas de pesca buscando construir a partir da história oral da comunidade pesqueira, a forma de uso e ocupação do espaço litorâneo(em terra e mar); Oficina 2 - Georreferenciamento das áreas de influência direta e indireta da pesca (área edificada e não edificada); e Oficina 3 - Realização de registro fotográfico das áreas levantadas pelo público da pesca.

A partir das oficinas temos dados gerados que apoiarão na construção de documentos necessários para a solicitação do TAUS/CDRU junto à Secretaria do Patrimônio da União - SPU: 1) Diagnóstico participativo do uso e ocupação da área apresentada; 2) Construção do desenho de localização das áreas de pesca, tendo como base os registros de campo e imagens do google Earth. As áreas identificadas são georreferenciadas como: Pontos e polígonos conforme detalhamento no diagnóstico participativo, dando visibilidade a pesca artesanal a partir de sua histórica prática sociocultural, territorial e econômica. As areas solicitantes são:







Município de Nísia Floresta / Praias de Barreta, Búzios e Pirangi do Sul

A oceânica juntamente com colônia de Pesca de Pirangi do sul Z10 e pescadoras(es) realizou o trabalho de construção do diagnóstico participativo com mapeamento para 03 áreas de pesca, nos distritos litorâneos do município de Nísia Floresta (Pirangi do Sul, Búzios e Barreta). As áreas são utilizadas estrategicamente durante todo o ano para diversos tipos de artes de pesca, embarque e desembarque de pescados, abastecimentos, manutenção e construção de embarcações, para abrigo e saídas das embarcações e guarda de materiais específicos do trabalho da pesca (apetrechos). As áreas em foco abarcam o público de 195 pescadores e pescadoras e 45 embarcações de pesca.

Município de Natal / Bairro Rocas - Canto do Mangue

A Colônia de pesca de Natal Z4, com apoio da Oceânica construiu e deu entrada junto à SPU a solicitação do TAUS para a área portuária do Canto do Mangue em Natal e iniciou a discussão acerca de de regularização para nova área que deverá receber a Sede da colônia próxima à área portuária. Atualmente a área agrega aproximadamente 800 pescadores em trabalho diário (associados e não associados à Colônia), envolvendo 200 barcos e 40 canoas, redes de pesca e dentre outros apetrechos de trabalho característicos da pesca artesanal guardados na Sede da colônia de pesca e em Rancho de pesca, uma estrutura de ferro localizado às margens do Rio Potengi.

Município de Rio do Fogo / Praia de Pititinga

Em reunião com a Colônia de Pesca de Pititinga Z40 e Federação da Pesca do RN e 87 pescadores/as, tendo como objetivo principal discutir formas de regularização para o Rancho de pesca central da Praia de Pititinga, alvo de notificação da SPU, devido aos conflitos de interesses de usos da área para o lazer e turismo. Diante do exposto foi solicitado à Oceânica iniciar o trabalho de levantamento de dados e construção dos documentos necessários para solicitar à SPU, a regularização de (4) áreas estratégicas de forte concentração de ranchos de uso coletivo, que atendem 178 pescadores/as associados à colônia de pesca.

Resultados

- Público da pesca alcançado: 1.173 pessoas.
- (8) diagnóstico participativo do uso e ocupação das áreas de pesca que contemplam portos de embarque e desembarque e venda de pescado, abastecimentos, manutenção e construção de embarcações, para abrigo e saídas das embarcações e ranchos de pesca onde temos a guarda de materiais específicos do trabalho da pesca (apetrechos).
- (8) áreas de pesca mapeadas.
- (2) Processos de solicitação de TAUS abertos e monitorados pela Oceânica (área Portuária de Natal 10154.198005/2020-15; Rancho de Pesca de Pititinga 10154.199581/2020-80)





MELHORIAS NOS ESPAÇOS DE TRABALHO DA PESCA ARTESANAL

Buscando promover melhores condições de trabalho para os pescadores/as, iniciamos, em 2020, o trabalho pioneiro de construção do projeto arquitetônico de melhorias para o rancho centenário localizado na praia Barra de Tabatinga, no litoral de Nísia Floresta, que conquistou o primeiro TAUS do estado no ano de 2018. para realização deste trabalho a Oceânica realizou (4) oficinas:

Oficina 1 - Construção do programa de necessidades, usos, conflitos do entorno e levantamento físico do rancho de pesca de Tabatinga. A oficina teve como objetivo principal ouvir os pescadores quanto a forma de uso do rancho, os possíveis conflitos vivenciados com os vizinhos e atividades realizadas no entorno, como o turismo e o lazer;

Oficina 2 - Apresentação de estudo preliminar e construção coletiva do projeto de melhorias do rancho. A oficina teve como objetivo principal apresentar o estudo preliminar do projeto de melhorias aos pescadores quanto a forma de uso do rancho, validando medidas das áreas utilizadas e fazendo apontamentos sobre os usos da área edificada e não edificada do rancho para atender as demandas dos pescadores/as;













Oficina 03 - Apresentação do Anteprojeto de Melhorias, validando informações relacionadas às funções das áreas em uso levando em consideração o fluxo de pessoas e utilização de materiais de trabalho e suas medidas:

"Oficina 04 - Validação do Projeto Final de Melhorias do Rancho e demarcação pelos pescadores da área de influência no entorno. A oficina teve como objetivo principal apresentar o Projeto Final de Melhorias do Rancho, validando informações que estavam em aberto tais como: Definição das entradas e saídas dos barcos e pedestres, a área externa de beneficiamento do pescado e a área de espera das embarcações para manutenções. Essas informações foram de extrema relevância para entender o fluxo de trabalho (espaço, pessoas e materiais utilizados) na área de influência direta e indireta do rancho.

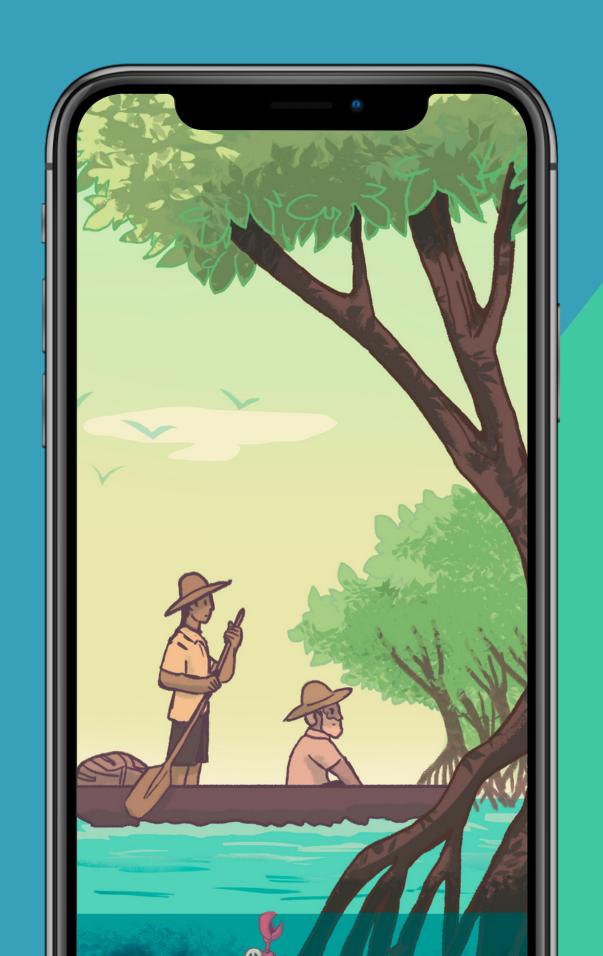
Resultados

- (4) oficinas realizadas para elaboração do projeto arquitetônico.
- (25) pescadores(as) envolvidos.
- (1) Projeto arquitetônico de melhorias para o rancho de pesca centenário localizado na Barra de Tabatinga.

Gestão Costeira

Linha de ação 1: Participação em espaços de discussão

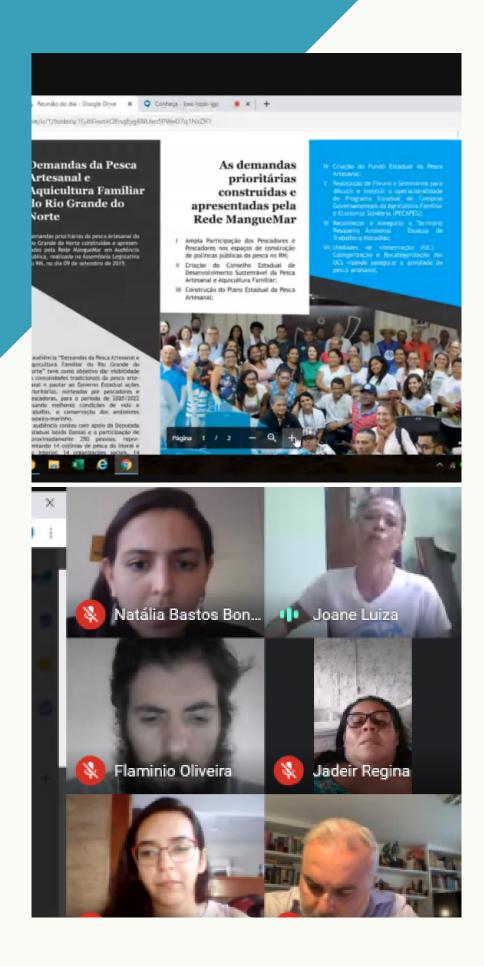
Linha de ação 2: Criação de instrumentos



REDE MANGUE MAR



Articulação que envolve Colônias e Associações de Pesca Artesanal, movimentos e articulações de pescadores e pescadoras, pastorais sociais, ambientalistas, pesquisadores/as, instituições de pesquisa e ensino, ONGs/OSC e Cidadãos (ãs) comuns que lutam pela sustentabilidade socioambiental da Zona Costeira e Marinha Brasileira. O processo de constituição da Rede no Rio Grande do Norte teve início em 2007, para construção de alternativas sustentáveis que combatam a vulnerabilidade das populações tradicionais e promovam a conservação dos ambientes naturais da costa. No ano de 2015, com a constituição da Executiva Rede MangueMar, composta pela OSC Oceânica e Comissão justiça e Paz de Macau foi dado início ao trabalho contínuo de articulação promovendo Reuniões mensais, Plenárias, Encontro estadual, Fóruns, Audiências extrajudiciais, Oficinas, Audiência pública da pesca artesanal, Mutirões de limpeza de mangue e praia, Tribunal da pesca, Seminários e a integrar Conselhos, Comitês e Grupos de trabalhos.



PROJETO DE LEI PARA PESCA E AQUICULTURA DO RN

Discutir e construir com a Rede MangueMar e Grupo especial de trabalho (GET) a proposta de minuta do projeto de lei para pesca e aquicultura na perspectiva de sustentabilidade e de reconhecimento da relevância da pesca artesanal para o RN. A Oceânica, representando a Rede MangueMar integrou o GTEpara construção do Projeto de Lei que instituirá a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura do Rio Grande do Norte (PEDESPA/RN), conforme decreto estadual nº 29.996, de 21 de setembro de 2020, onde no Art. 3°.

Considerando nossa competência, realizamos remotamente, nos dias 10 e 17 de dezembro, oficinas de proposições / sugestões para a construção do Projeto de Lei para (PEDESPA/RN), com a participação de integrantes da Rede MangueMar. Os apontamentos levantados nas duas oficinas realizadas foram levados para a ampla discussão do GTE realizado nos dias 26 de novembro e 22 de dezembro com as 17 instituições representantes do governo, sociedade civil e centros de ensino e pesquisa.

As proposições a minuta foi entregue ao GET explicitando os pontos essenciais para a inclusão da pesca artesanal e conservação dos ambientes naturais com vistas a sustentabilidade da pesca e aquicultura no RN, destacando as prioridades da pesca artesanal apresentada pela Rede Manguemar/RN ao governo do estado em audiência pública realizada em setembro de 2019:

Discutir e construir com a Rede MangueMar e Grupo especial de trabalho (GET) a proposta de minuta do projeto de lei para pesca e aquicultura na perspectiva de sustentabilidade e de reconhecimento da relevância da pesca artesanal para o RN. A Oceânica, representando a Rede MangueMar integrou o GTE para construção do Projeto de Lei que instituirá a Política Estadual de Desenvolvimento da pesca artesanal:

- 1) Ampla Participação dos Pescadores e Pescadores nos espaços de construção de políticas públicas da pesca no RN;
- 2) Criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar;
- 3) Construção do Plano Estadual da Pesca Artesanal;
- 4) Criação do Fundo Estadual da Pesca Artesanal;
- 5) Realização de Fóruns e Seminários para discutir e instituir a operacionalidade do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES);
- 6) Reconhecer e Assegurar o Território Pesqueiro Artesanal Espaços de Trabalho e Moradias;
- 7) Unidades de conservação (UC) Categorização e Recategorização das UCs visando assegurar a atividade da pesca artesanal.

Resultado:

Entrega de proposições para minuta para construção da política pública para o desenvolvimento da pesca e aquicultura de forma sustentável.

ENFRENTAMENTO AO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO E CRISE SANITÁRIA / COVID-19

Foram realizadas 12 reuniões de mobilização das organizações sociais da pesca artesanal, objetivando levantar dados acerca dos impactos e impactados/as pela covid19; levantar número de pescadores/as no estado por meio da construção dos cadastros das colônias e associações de pesca; divulgação das políticas de auxílios do governos estadual via o sistemas único de assistência social (SUAS), que organiza as ações de proteção social, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; organização e lançamento de Campanha de arrecadação de cestas básicas, material de limpeza; monitoramento da entrega dos auxílios emergenciais via o SUAS; Entrega de documento com solicitações de apoio para a pesca artesanal no enfrentamento da COVID-19 aos bancos (Nordeste, Brasil, Caixa econômica, BNDS), em encontro promovido pela secretaria estadual de desenvolvimento econômico do estado; Divulgação e apoio a campanha RN+Unidos (apoio dos supermercados) com entrega de fichas cadastrais com informações das instituições solicitantes e relação dos beneficiados para o recebimento das cestas básicas; discussão com o governo do estado sobre venda direta do pescado como alternativa para o enfrentamento da covid-19 assegurando alimento para a população, por meio de doações, e renda para comunidade da pesca; discussão da criação de conselho e fundo para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal visando a construção de políticas públicas e enfrentamento às crises socioambientais e econômicas.





Resultados

• Levantamento do número de 10.133 pescadores artesanais associados ao longo dos 410 km de costa para receber auxílios emergenciais federal e estadual.

• Documentos construídos e protocolados junto a SAPE e prefeituras com solicitação de auxílios emergenciais para o enfrentamento da crise socioambiental e sanitária.

• Construção e entrega de representação pública ao Ministério Público federal apresentando a urgente necessidade do repasse para pescadores e pescadoras dos auxílios emergenciais, cestas básicas, material de higienização e máscaras para o enfrentamento do derramamento de petróleo e crise sanitária covid19.

• Entregas de cestas básicas e material de limpeza para as organizações sociais e sindicais da pesca.



I TRIBUNAL POPULAR DOS PESCADORES E PESCADORAS

A Oceânica como secretaria executiva da Rede MangueMar promoveu no dia 14 de janeiro, o 1º Tribunal Popular dos Pescadores e Pescadoras, com o objetivo de reunir as entidades representativas da pesca artesanal do litoral potiguar para avaliar os impactos do derramamento de petróleo ocorrido, em setembro/2019.

O Tribunal Popular nada mais é que a simulação de um julgamento em que os testemunhos partem diretamente da população atingida, que tem a oportunidade de falar e ser ouvida por seus pares e por representantes da sociedade civil além de gerar, através de registro audiovisual, uma ferramenta política de visibilidade às reivindicações. Para realização do Tribunal reunimos o movimento dos pescadores e pescadoras (MPP), articulação nacional da pescadoras (ANP), 24 colônias de pesca, 04 associação de marisqueiras e maricultoras do estado para prestarem depoimento. O júri, a defesa e a acusação simbólicos foram constituídos por ativistas e representantes da sociedade civil ligados à Rede MangueMar, que "julgaram" como responsáveis o Estado brasileiro e a União pelo desastre.

Resultados

- Representação pública encaminhada ao Ministério Público Federal, buscando dar visibilidade às perdas e danos causados pelo enorme desastre socioambiental sem precedentes na história do Brasil.
- Construção de laudo técnico antropológico solicitado pelo MPF favorável aos pescadores e pescadoras do RN, isto é, balizando a sentença do tribunal popular da pesca acrescentando a necessidade de entrega dos auxílios emergenciais para o enfrentamento à Covid19, no tempo que perdurar a crise sanitária.
- Ação civil (0805830-54.2020.4.05.8400) contra a união,em nome da Rede Manguemar e representada pela organização mutirão, exigindo auxílios emergenciais, cestas básicas, material de higienização e máscaras para o enfrentamento do derramamento de petróleo e crise sanitária covid19

REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO - PESCA ARTESANAL E O PECAFES: CONSTRUINDO REDES PARA MUDAR A MARÉ

Objetivo:

 Discutir acesso dos pescadores / as artesanais ao Programa Estadual de Compras Governamentais da agricultura familiar e Economia Solidária (PECAFES), que hoje destina 10% de sua compra à pesca artesanal.



Á frente dos trabalhos realizados pela Rede MangueMar, demos início a uma série de seminários para discutir junto aos pescadores e pescadoras artesanais, secretarias do governo estadual, pesquisadores, educadores populares e técnicos os caminhos para acessar a venda direta do pescado para o governo estadual.

Diante das duas últimas crises ainda em curso, derramamento de petróleo e Covid-19, trabalhadores / as da pesca artesanal foi o público em território nacional mais impactado. Diante dos impactos das crises supracitadas buscamos com os seminários construirmos saídas alinhadas com ações estruturantes e de base objetivando a organização do trabalho da pesca visando a produção e comercialização do pescado para um mercado garantido, via governo do estado, como também vislumbrando outras possibilidade para comercialização do pescado dentro da perspectiva da Economia solidária.

A série de seminários ajudará a traçarmos de forma ampla e participativa, caminhos possíveis para acessar a compra governamental e assim termos a garantia de geração de renda com o trabalho da pesca e assegurar alimento saudável para instituições mantidas pelo governo estadual.

O público da pesca presente participou dando visibilidade às dificuldades dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal a terem acesso aos programas devido a burocracia e aos custos altos para se enquadrarem e manterem o perfil de beneficiárias/os dos programas governamentais e solicitação de reconhecimento e apoio às associações e colônias de pesca organizadas e atuantes no RN.

Ao final do seminário evidenciamos os apontamentos de todos os participantes, acerca das fragilidades enfrentadas pela pesca artesanal diante: a falta de dados estatísticos acerca do público e organização social da pesca artesanal; A falta de informação sobre a cadeia produtiva da pesca; Falta de apoio às pescadoras/es com capital giro para sua inserção e permanência nos programas governamentais; Instabilidade da atividade da pesca diante das ameaças de retirada do território e utilização indevida de áreas de preservação permanente ambiental por grandes empreendimentos econômicos, que vêm degradando o ambiente natural de onde são retirados sua matéria prima; Ausência de apoio jurídico na inserção das colônias e associações de pesca nos programas governamentais de apoio à atividade.

Resultados

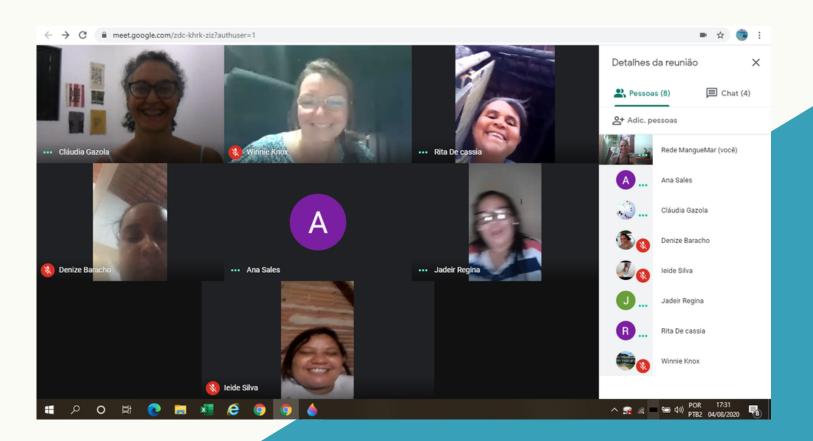
- Compromisso do governo do estado em apoiar a inserção das organizações sociais das marisqueiras e dialogar com as colônias a constituição de cooperativas de pesca para acessar o Programa Estadual de Compras Governamentais da agricultura familiar e Economia Solidária (PECAFES).
- Rede manguemar conquista assento no conselho do Programa Estadual de Compras Governamentais da agricultura familiar e Economia Solidária (PECAFES).

A constituição e organização do grupo "Mulheres pescadoras Unidas", no momento das crises do petróleo e covid-19, havendo a grande urgência do fortalecimento político das mulheres líderes da pesca, diante do difícil cenário social, econômico e política que se impõe nos espaços local, estadual e nacional com violações de direitos socioambientais. Muitas vezes as falas das mulheres, na construção e tomadas de decisões, são desconsideradas devido a uma construção histórica de violação dos direitos das mulheres

. Diante desta difícil realidade, mulheres líderes pescadoras se reúnem e constroem pauta emergencial em 14 encontros propondo a construção de enfrentamento ao derramamento de petróleo e a covid 19 que vem comprometendo a vida e trabalho das comunidades tradicionais da pesca. O grupo reuni a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Colônias de pesca do Litoral - Natal, Muriú, Maxaranguape, Pirangi do Sul, Cajueiro, Galinhos e Macau, bem como as Associações de Maricultoras de Pitangui e associação de marisqueiras e ostrocultoras de Macau. Estas representações da pesca juntas representam 3.183 pescadores e pescadoras, dentre os quais daremos um enfoque maior às 1.837 mulheres pescadoras que acumulam funções e responsabilidades em suas famílias e no trabalho, deixando-as em uma situação ainda maior de vulnerabilidade.

Também nesse grupo estão reunidas pesquisadoras e Feministas integrantes da Rede MangueMar para apoiar e ampliar o debate de fortalecimento das mulheres pescadoras.

FORTALECIMENTO GRUPO DE MULHERES LÍDERES DA PESCA ARTESANAL



DO RN PRECISAM **DE AJUDA**

DOE

cesta básica e produtos de higiene

Doação presencial: terças e quintas, 8h às 11h. Rua da Floresta, 47, Rocas, Natal/RN.

Antiga comunidade do Maruim. Próx. ao mercado do peixe.

Doação por tranferência:

Banco do Brasil

Rosângela Silva do Nascimento Ag: 1246-7

CP: 62889-1 (Variação 51)

Contatos:

(84) 98882-2892

Rosângela Silva do Nascimento (Presidente da Colônia de Pesca Z-4)

(84) 98120-9873

Joane Batista (Oceânica/Rede MangueMar)



redemanguemar@gmail.com



Resultados

- Construiu de campanha para arrecadação de cestas básicas e material de limpeza para 1.827 mulheres pescadoras assegurando alimentação ao longo da crise pandêmica. Desta forma poderemos reanimar pescadoras, mantê-las unidas e, assim, pensarmos juntas o enfrentamento a covid 19.
- Monitorou os repasses dos auxílios entrega das cestas às comunidades em situação de vulnerabilidade. Exigir das prefeituras e governo do estado respostas às solicitações encaminhadas pelas organizações sociais da pesca.
- Discutiu com o poder público a retomada das atividades da pesca assegurando o produto essencial para a população (máscaras, luvas e material de higienização)
- Autocuidado para as lideranças.

INCLUSÃO DA PESCA ARTESANAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO ESTADUAL, PAUTANDO AÇÕES PRIORITÁRIAS DA PESCA ARTESANAL, DENTRO DAS METAS PREVISTAS NO PPA.

Propomos ao Governo do estado a inclusão da pesca artesanal na lei orçamentária anual público estadual (LOA). Dentro das metas previstas pelo plano plurianual (PPA), construímos subações com destaque: 1 - Cadastramento e mapeamento do público da pesca Artesanal; 2 - Organizar e equipar organizações da pesca artesanal (colônias, associações e cooperativas) para construção do cadastramento da pesca artesanal e promoção de encontros, oficinas e reuniões participativas acerca da venda do pescado via PECAFES; 3 - Capacitar as representações e público da pesca para organização e otimização do trabalho da pesca; 4 - Capacitação de técnicos da saúde para atuação junto às pescadoras e pescadores.

Resultados

- Inserção e Capacitação da Oceânica na discussão da lei orçamentária anual governamental / RN com vistas na obtenção de recursos para promoção do fortalecimento das comunidades tradicionais pesqueiras e conservação de ambientes naturais costeiro e marinho.
- Apresentação de proposta orçamentária para o governo do estado dentro das metas previstas no PPA, para atender as demandas da pesca prioritárias da pesca artesanal.

PAINEL MAR



Em termos nacionais, a partir de 2020 a Oceânica passou a integrar o Painel Mar, atuando especialmente no time de Justiça Socioambiental, representando o RN nesta nova rede nacional. O PainelMar é uma rede-de-redes, fruto da expansão e consolidação da atuação das redes costeiras e marinhas no Brasil, criada em 2015 no Programa Horizonte Oceanico Brasileiro / HOB. Tem como missão atuar como plataforma colaborativa multissetorial de indivíduos e organizações visando a qualificação de políticas para o uso sustentável e saúde dos oceanos - iluminando com o melhor do conhecimento, as políticas públicas para a região costeira e o Brasileiro. Voltado diretamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável No.14, - Vida na água, tem como foco especial as políticas públicas de ordenamento territorial costeiro e marinho. (02 reuniões em dezembro de 2020, 10 pessoas aproximadamente em cada

COMANDO UNIFICADO DE INCIDENTES PARA O ENFRENTAMENTO DAS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (COEMORN)



Em termos nacionais, a partir de 2020 a Oceânica passou a integrar o Painel Mar, atuando especialmente no time de Justiça Socioambiental, representando o RN nesta nova rede nacional. O PainelMar é uma rede-deredes, fruto da expansão e consolidação da atuação das redes costeiras e marinhas no Brasil, criada em 2015 no Programa Horizonte Oceanico Brasileiro / HOB. Tem como missão atuar como plataforma colaborativa multissetorial de indivíduos e organizações visando a qualificação de políticas para o uso sustentável e saúde dos oParticipação da Oceânica como membro ativo do Comando Unificado de Incidentes para o Enfrentamento das Manchas de Óleo no Litoral do Rio Grande do Norte (COEMORN), criado emergencialmente em outubro de 2019 e finalizado em agosto do ano seguinte. Em 2020 as reuniões tornaram-se quinzenais, mas a articulação com as comunidades litorâneas e o monitoramento das praias no litoral sul permaneceu até a conclusão do COMEORN. Foram no total 34 T de petróleo que chegaram ao estado, sendo 31 delas no município de Nísia Floresta, na Área de Proteção Ambiental Bonfim Guarairas (APABG).

CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL BONFIM GUARAÍRAS (APABG)

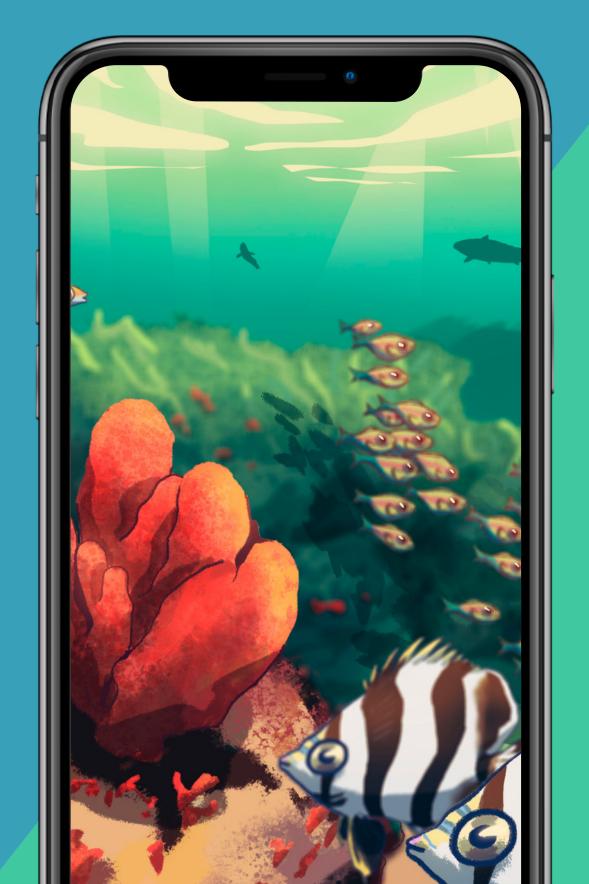
A Oceânica é também representante titular das organizações da sociedade civil no Conselho Gestor da APABG. Além da emergência do petróleo na APA, o foco das 10 reuniões do Conselho em 2020 foi criar a Lei de Zoneamento Ecológico Econômico, publicada junto ao Plano de Manejo em dezembro de 2020.



Desenvolvimento institucional

Linha de ação 1: Consultoria de gestão sistêmica

Linha de ação 2: Comunicação e Captação de Recursos





CONSULTORIA EM GESTÃO SISTÊMICA

2020 foi ano de muitos investimentos em nosso desenvolvimento institucional. Tivemos a consultoria de Rosaura e Kleber em gestão sistêmica por seis meses onde a equipe da Oceânica teve acesso a conteúdos teóricos sobre conceitos necessários a um boa gestão institucional como: Gestão institucional, Comunicação interna e externa e mobilização de recursos

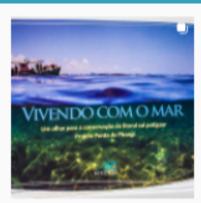
Fortaleceu processos de auto-avaliações e de gestão, conclusão de documentos estruturantes como missão, visão e valores, organograma e regimento interno. Na consultoria de Ana Paula foram aprimorados o plano operacional anual e instrumentos de gestão como avaliação e planejamento.

" A parte é diferente do todo, mas também é o mesmo que o todo. A essência é o todo e a parte".

Heráclito

- Definição das nossas peças estratégicas
- Construção de um organograma circular que representa melhor a estrutura organização da Oceânica,
- 1 Implementar o novo sistema de CRM
- Revisão do Estatuto Social
 - Elaboração do portfólio de projetos e ações da instituição para promover ainda mais a captação de recursos

LIVE OCEÂNICA 16.06/20H 16.06/20H























COMUNICAÇÃO

No primeiro semestre de 2020 focamos na produção de 6 Lives Oceânicas, no canal do youtube, que abordavam assuntos nas áreas de atuação da Instituição. Cada uma foi conduzida por um dos especialistas da Oceânica, falamos sobre tartarugas marinhas, pesca artesanal, gestão costeira, realizamos lançamento de publicações e promovemos atividades culturais. Nesse período também divulgamos em nossas redes sociais a participação de integrantes da instituição em diversas lives produzidas pelo Projeto Budiões, Semana do Lixo Zero em Natal , Escola de Tradutores, Programa Contrafluxo, Conexão Criança e Natureza, entre outros.





CAMPANHAS

3 Campanhas em redes sociais

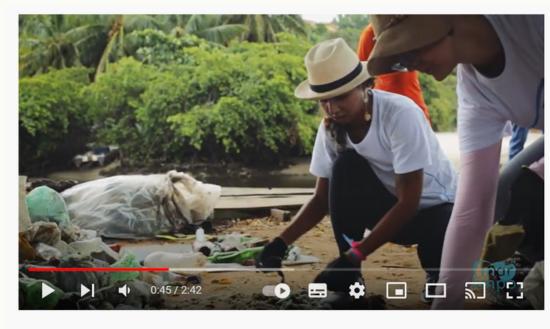
- Abrace a Oceânica, cuide do mar!
- Parceria que abraça o mar
- Mês das crianças



VÍDEOS



#abraceaoceanica #cuidedomar #mar Abrace a Oceânica, Cuide do mar!



Projeto Mar Limpo



Monitoramento de Tartarugas Marinhas - Búzios



Tribunal Popular RMM 2020 RN - Os impactos do petróleo na vida e trabalho das comunidades pesqueiras



Uma ação Oceânica

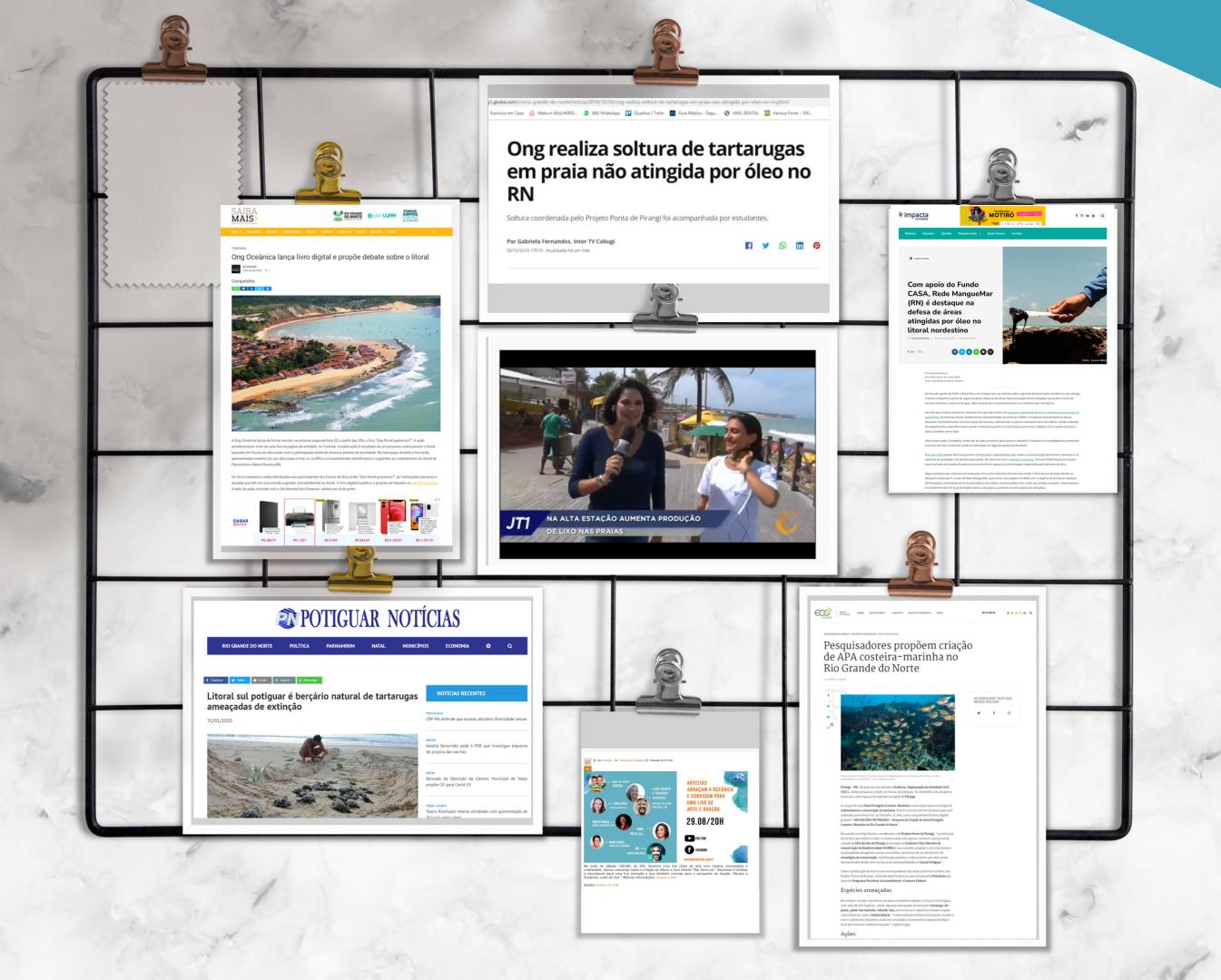


ContraFluxo: Os trabalhadores da pesca no RN pós vazamento de óleo no litoral e a pandemia



EVENTOS

No primeiro semestre de 2020 focamos na produção de 6 Lives Oceânicas, no canal do youtube, que abordavam assuntos nas áreas de atuação da Instituição. Cada uma foi conduzida por um dos especialistas da Oceânica, falamos sobre tartarugas pesca artesanal, marinhas. gestão costeira, realizamos lançamento de publicações promovemos atividades culturais. Nesse período também divulgamos em nossas redes sociais a participação de integrantes da instituição em diversas lives produzidas pelo Projeto Budiões, Semana do Lixo Zero em Natal, Escola de Tradutores, Programa Contrafluxo, Conexão Criança e Natureza, entre outros.



CLIPPING

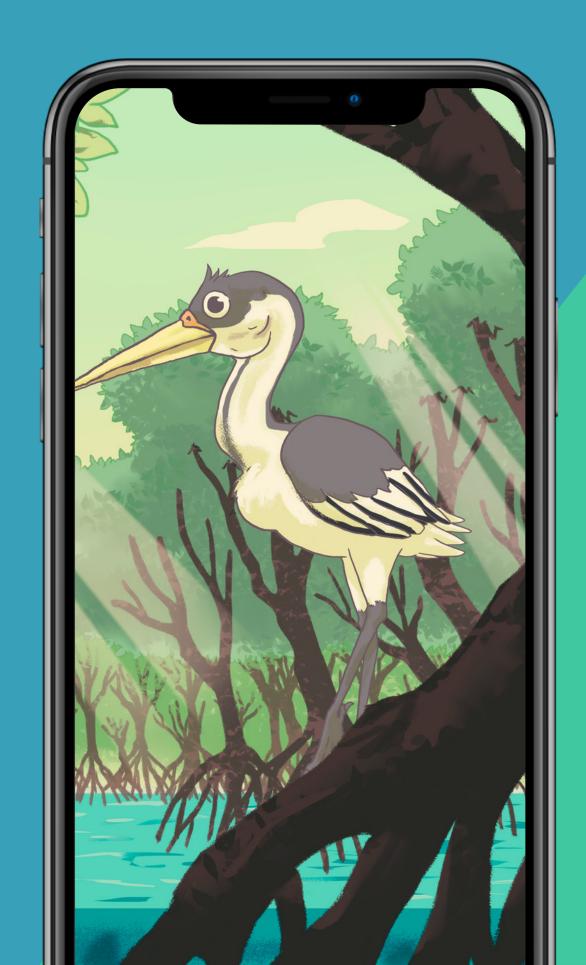
7 TVS

7 Lives convidadas

35 citações em matérias veiculadas na internet

BALANÇO FINANCEIRO

2020



DESPESAS - EXERCÍCIO 2020					
DESPESAS	ADMINISTRAÇÃO - ONG	PONTA DE PIRANGI - FASE 3	MRV	FUNDO CASA - OCEANICA	TOTAL GERAL
11 -VENCIMENTOS E VANT. FIXAS-PESSOAL CIVIL	R\$ -	R\$ 97.815,17	R\$ -	R\$ -	R\$ 97.815,17
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	R\$ -	R\$ 8.707,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.707,20
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 1.215,48	R\$ 17.223,55	R\$ 349,88	R\$ 7.895,30	R\$ 26.684,21
36 - SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	R\$ -	R\$ 2.319,65	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.319,65
39 - SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R\$ 17.267,22	R\$ 207.214,46	R\$ -	R\$ 6.116,10	R\$ 230.597,78
41 - AJUDA DE CUSTO	R\$ 200,00	R\$ 1.857,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.057,20
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ -	R\$ 749,70	R\$ -	R\$ -	R\$ 749,70
52 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	R\$ 207,69	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 207,69
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ -	R\$ 1.139,05	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.139,05
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 18.890,39	R\$ 337.025,98	R\$ 349,88	R\$ 14.011,40	R\$ 370.277,65

www.oceanica.org.br







